

Buna Participações S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

Buna Participações S.A.

Índice

	Página
Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	2
Demonstrações financeiras	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Acionistas e Administradores da
Buna Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Buna Participações S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de janeiro (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Buna Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 14 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.3 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 47.976 mil no período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como, apresentou patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) de R\$ 304.517 mil. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Neste sentido, ainda de acordo com a mesma nota explicativa, a administração da Companhia buscará alternativas de recursos com o acionista da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2026.



Raphael Teixeira Maciel
Contador CRC 1SP-302.257/O-5

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7


RSM

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO 2025
(Expresso em milhares de Reais – R\$)

Ativo	Nota	31/12/25
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.265
Créditos tributários	6	67
Outros créditos	7	1.196
		3.528
Ativo não circulante		
Realizável a longo prazo		
Outros créditos	7	1.297
		1.297
Permanente		
Investimentos	8	2.615
		2.615
		3.912
Total do ativo		7.440
Passivo	Nota	31/12/25
Passivo circulante		
Financiamento	9	149.739
Tributos a recolher		1
		149.740
Passivo não circulante		
Financiamento	9	162.217
		162.217
Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		
Capital social	10	575.500
Prejuízo acumulado		(47.976)
Outros resultados abrangentes		(832.041)
		(304.517)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		7.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO 2025

(Expresso em milhares de Reais – R\$, exceto o prejuízo por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/25</u>
Despesas operacionais		
Administrativas	11	(842)
Outras despesas operacionais	12	(421)
		<u>(1.263)</u>
Prejuízo antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(1.263)
Resultado financeiro, líquido	13	
Receitas financeiras		321
Despesas financeiras		(46.352)
		<u>(46.031)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	8	(682)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(47.976)</u>
Tributos sobre o lucro	14	-
Prejuízo do período		<u>(47.976)</u>
Prejuízo por ação ordinária - básico (em R\$)	10.d	(0,11)
Quantidade de ações - básico		446.116.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O PERÍODO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Expresso em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/25</u>
Prejuízo do período	(47.976)
Resultado abrangente	<u>(832.041)</u>
Resultado abrangente total	(880.017)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Expresso em milhares de reais – R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízo acumulado</u>	<u>Resultados abrangentes</u>	<u>Total</u>
Aumento de capital, conforme AGE de 10/02/2025	10.a	442.000	-	-	442.000
Aumento de capital, conforme AGE de 06/08/2025	10.a	133.500	-	-	133.500
Perda de investimento em controlada		-	-	(832.041)	(832.041)
Prejuízo do período		-	(47.976)	-	(47.976)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		575.500	(47.976)	(832.041)	(304.517)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO 2025

(Expresso em milhares de reais – R\$)

	<u>31/12/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo do período	(47.976)
Ajustes para:	
Atualização de juros sobre debêntures	45.255
Resultado de equivalência patrimonial	682
	<u>(2.039)</u>
Redução em outros ativos circulantes	(2.559)
Fluxo de caixa usado nas atividades operacionais	<u>(4.598)</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos	
Aumento de capital em investida	(836.300)
Redução de capital em investida	962
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(835.338)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos	
Empréstimos tomados	400.000
Pagamentos extraordinário de empréstimos	(100.000)
Juros pagos sobre empréstimos	(33.299)
Aumento de capital	575.500
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos	<u>842.201</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>2.265</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa	
No início do período	-
No fim do período	<u>2.265</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u><u>2.265</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

1. Contexto operacional

A Buna Participações S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital nacional fechado com sede social na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, localizada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 5, sala 501, parte, Barra da Tijuca, CEP 22.640-102.

A Companhia, cuja razão social anterior era Cromossomo Participações VII S.A., foi fundada em 14 de janeiro de 2025. Em 04 de fevereiro de 2025 ocorreu a transferência de participação integral de seu capital, anteriormente de propriedade de Dulce Pugliese de Godoy Bueno e Camilla de Godoy Bueno Grossi, para a Cromo Fundo de Investimentos em Participações – Multiestratégia. Em 15 de abril de 2025 foi realizada uma assembleia geral extraordinária que alterou a razão social para Buna Participações S.A., cuja finalidade é a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, na qualidade de quotista ou acionista.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC – Comitê de Pronunciamentos de Contábeis)

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Devido a data de início das atividades da Companhia, essa demonstração financeira está sendo preparada para o período de 14 de janeiro (data de início das atividades) a 31 dezembro de 2025, e por esse motivo, de forma não comparativa.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Pressuposto de continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir sua obrigação de pagamento decorrente de notas comerciais (financiamento), conforme o vencimento divulgado na nota explicativa nº 9.

No período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 47.976 e, naquela data, apresentava patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 304.517, além de relevante nível de endividamento financeiro, substancialmente representado por notas comerciais no montante de R\$ 311.956, com vencimentos concentrados até 2028.

Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A capacidade de continuidade operacional da Companhia depende substancialmente do suporte financeiro de seu acionista controlador, bem como da sua capacidade de reestruturar seu fluxo de caixa e suas obrigações financeiras.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Nesse contexto, a Administração elaborou projeções de fluxo de caixa para os próximos 12 meses, as quais indicam a necessidade de aportes adicionais de recursos para o cumprimento das obrigações financeiras assumidas. Como parte de seu plano de ação, a Companhia está em tratativas com seu acionista controlador visando a realização de aportes de capital adicionais e/ou outras formas de suporte financeiro.

Em 05 de fevereiro de 2026, foi aprovado aumento de capital no montante de R\$ 77.000 (conforme mencionado na Nota Explicativa 17), integralmente subscrito e pago pelo acionista controlador, o qual foi destinado, substancialmente, à liquidação de obrigações financeiras correntes, evidenciando o suporte financeiro do acionista.

Não obstante o suporte já realizado, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, não há compromissos formais adicionais firmados que garantam integralmente a necessidade futura de recursos da Companhia.

Dessa forma, a continuidade operacional da Companhia está condicionada à concretização dos planos da Administração e à manutenção do suporte financeiro por parte de seu acionista controlador.

As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que poderiam resultar caso a Companhia não fosse capaz de continuar operando como uma entidade em continuidade operacional.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras com possibilidade de resgate no curto prazo (inferior a 90 dias) e sem risco de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são representadas por certificados de depósitos bancários com liquidez diária, demonstradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

3.2 Investimentos em coligada

Coligadas são entidades nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas não possui controle ou controle conjunto sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa é presumida quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, salvo quando houver evidência clara de que tal influência não exista. A influência significativa também pode ser evidenciada por participação em decisões estratégicas, representação no conselho de administração ou em transações relevantes entre as partes.

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição e subsequentemente avaliados pelo método da equivalência patrimonial, onde o investimento é ajustado pela participação da Companhia nos lucros ou prejuízos da coligada após a data de aquisição.

A participação nos resultados é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”. As variações patrimoniais da investida que não transitam pelo resultado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da Companhia, na proporção da participação detida. Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos da investida são registrados como redução do valor contábil do investimento.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Em 31 de dezembro de 2025, o investimento em coligada estava assim composto:

	% de participação
	31/12/2025
Investida, não controlada pela Companhia	
Cromossomo Participações III S/A.	16,03%

3.3 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo as despesas bancárias e imposto sobre operações financeiras.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece as contas a receber e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

(ii) Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.6 Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme termos do pronunciamento técnico CPC 32 / IAS 12.

(ii) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 e IAS 33.

4. Novos pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos que foram recentemente emitidos, mas cuja aplicação ainda não tenha sido mandatária não foram adotados pela Companhia. A Administração está avaliando os potenciais impactos desses pronunciamentos e, com base nas informações atualmente disponíveis, não espera efeitos relevantes sobre suas demonstrações financeiras.

CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

A vigência deste Pronunciamento para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2027. Este Pronunciamento substitui o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, e não terá impactos em reconhecimento ou mensuração de itens da demonstração financeira, mas sim em sua apresentação e divulgação.

Esta norma introduz cinco categorias na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes: operacional, de investimento, de financiamento, de tributos sobre o lucro e de operações descontinuadas. A norma introduz dois subtotais obrigatórios na demonstração: "Lucro ou prejuízo operacional" e "Lucro ou prejuízo antes de financiamento e tributos sobre o lucro". Existem também novos requisitos de divulgação para "medidas de desempenho definidas pela administração", como o "Lucro ou prejuízo operacional antes de depreciação, amortização e reduções ao valor recuperável no alcance do CPC 01". A norma fornece orientações aprimoradas sobre o agrupamento de informações (agregação e desagregação), incluindo se essas informações devem ser apresentadas nas demonstrações financeiras principais ou nas notas explicativas. A Companhia adotará essa norma a partir de 1º de janeiro de 2027 (data de vigência) e espera-se que haja uma mudança significativa no formato da demonstração do resultado e de outros resultados abrangentes.

Outras alterações / pronunciamentos adicionais

Modificações às Normas Contábeis	Vigência	Alterações
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada.	Ajustes pós-implementação na classificação de ativos, baixa de passivos e ampliação de divulgações.
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11.	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada.	Alterações pontuais para esclarecimentos e alinhamentos em diversas normas.
Contratos de energia	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada.	Esclarecimentos, possibilidade de uso de hedge e novas divulgações para contratos de energia (PPAs).

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Subsidiárias sem Obrigação Pública: Divulgação	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. É permitida a adoção antecipada.	Permite divulgações reduzidas para subsidiárias elegíveis; atualização amplia o escopo de normas/alterações incorporadas.
Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Períodos anuais de reporte iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. É permitida a adoção antecipada.	Altera regras de conversão e divulgações quando a moeda de apresentação por hiperinflacionária.

Venda ou Contribuições de Ativos entre um Investidor e sua Associada ou Empreendimento Conjunto	Indefinida	Regras sobre reconhecimento de ganhos em transações com associadas/joint ventures, com ênfase na definição de “negócio”
---	------------	---

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/25
Banco conta movimento	5
Aplicações financeiras (i)	2.260
Total caixa e equivalentes de caixa	2.265

(a) As aplicações financeiras são remuneradas em percentual da taxa de juros do CDI de 96,5%, possuem liquidez imediata e são de curto prazo, podendo assim serem utilizadas de acordo com as necessidades da Companhia sem qualquer penalidade.

Os saldos bancários e aplicações financeiras são de liquidez imediata e não estão sujeitos a restrições ou penalidades de qualquer natureza para sua utilização.

6. Tributos a recuperar

	31/12/25
Outros créditos tributários (i)	67
Total créditos tributários	67

(i) Imposto de renda retido na fonte são provenientes dos resgates de aplicações financeiras. Para utilização dos créditos tributários serão realizados os pedidos de restituição de acordo com a Instrução Normativa RFB 2.055 de 06 de dezembro de 2021.

7. Outros créditos

	31/12/25
Outros créditos	2.493
	2.493
Circulante	1.196
Não circulante	1.297

(i) Refere-se as comissões sobre a 1ª emissão das Notas Comerciais realizada em 13 de fevereiro de 2025 que serão amortizadas até o seu vencimento, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

8. Investimento

8.1 Composição do investimento

	31/12/25						
	Ativo	Passivo	Capital social	Patrimônio líquido da investida	% de participação no patrimônio líquido	Resultado do exercício	31/12/25
CROMOSSOMO PARTICIPACOES III S.A.	16.313	7	5.209.691	16.306	16,03%	(46.440)	2.615
Total investimento							2.615

8.2 Movimentação do investimento

Investimento inicial (efetuado em 13/02/2025)	836.300
Redução de capital	(962)
Resultado de equivalência patrimonial do período	(682)
Perda de investimento (i)	(832.041)
Saldo em 31/12/25	2.615

(i) Em 13 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou investimento de R\$ 836.300 na empresa Cromossomo Participações III S.A, avaliado pelo método de equivalência patrimonial. A investida já apresentava prejuízos acumulados, os quais continuaram impactando negativamente seu patrimônio líquido ao longo do período. Em função da redução significativa do patrimônio líquido da investida, a Companhia reconheceu perda por impairment no montante de R\$ 832.041, de forma a adequar o valor do investimento ao seu valor recuperável.

9. Financiamento

Modalidade	Encargos médios	Vencimento final	31/12/25
Financiamento:			
Notas comerciais	CDI + 2,66%	13/02/2028	311.956
			311.956
Passivo circulante			149.739
Passivo não circulante			162.217

A movimentação de financiamento é como segue:

Captação	400.000
Juros Incorridos	45.255
Juros Pagos	(33.299)
Amortização principal	(100.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	311.956

A emissão das 1ª Notas Comerciais Escriturais, em série única, pela Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração, com base nas deliberações da reunião de conselho, realizada em 05 de fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

<u>Emissão</u>	<u>Série</u>	<u>Data da aprovação</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Valor total captado</u>	<u>Prazo (contado a partir da emissão)</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Amortização do principal</u>
1ª (i)	Única	13/02/2025	400.000	4.000.000	3 anos	CDI + 2,66% a.a.	13/02/2028

(i) Os recursos líquidos obtido pela Companhia com a 1ª emissão das Notas Comerciais Escriturais em Série Única foram integralmente utilizados para aumento do capital social da CROMOSSOMO PARTICIPAÇÕES III S.A e, posteriormente, destinada para pagamento da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos, da Cromossomo Participações III.

Covenants financeiros e não financeiros - Vencimentos antecipados

O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das notas comerciais e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do valor nominal unitário das notas comerciais acrescido da remuneração de juros do período, caso a Companhia não cumpra com o disposto na Cláusula VII do Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, com garantia real e garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, sob rito de registro automático, da Companhia, por sua vez consideradas como eventos inadimplentes.

A Companhia monitora a previsibilidade de seus covenants financeiros e não financeiros. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as cláusulas contratuais restritivas financeiras e não financeiras, assim como sem expectativa presente de descumprimento de cláusulas restritivas na data de medição das cláusulas de covenants.

10. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social da Companhia era representado 575.500.100 (quinhentos e setenta e cinco milhões, quinhentas mil e cem) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00, representado, respectivamente os montantes de R\$ 575.500 (quinhentos e setenta e cinco milhões, quinhentos mil e cem Reais).

Em 10 de fevereiro de 2025 o acionista aprovou o aumento de capital social, que se encontra completamente subscrito e integralizado, em R\$ 442.000 (quatrocentos e quarenta e dois milhões de reais) passando dos atuais R\$ 100,00 (cem reais), para R\$ 442.000 (quatrocentos e quarenta e dois milhões e cem reais), com a emissão de 442.000.000 (quatrocentas e quarenta e dois milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 cada, na forma do 81º do Artigo 170 da Lei das S.A.

Em 06 de agosto 2025 o acionista da Companhia, aprovou o aumento de capital social, que se encontra completamente subscrito e integralizado, em R\$ 133.500 (cento e trinta e três milhões e quinhentos mil reais) passando dos atuais R\$ 442.000 (quatrocentos e quarenta e dois milhões e cem reais), para R\$ 575.500 (quinhentos e setenta e cinco milhões, quinhentos mil e cem reais), com a emissão de 133.500.000 (cento e trinta e três milhões e quinhentas mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 cada, na forma do §1º do Artigo 170 da Lei das S.A.

b. Destinação do lucro e política de dividendos

O Estatuto social da Companhia prevê que os lucros auferidos no período serão distribuídos sendo 25% destinados a distribuição mínima legal de dividendos, 5% aplicados na constituição da reserva legal e 70% sendo destinados metade a reserva de investimento e a outra metade destinado a reserva para garantir o pagamento de dividendos obrigatório aos acionistas.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

c. Composição acionária

Acionista	Posição em 31 de dezembro de 2025			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Cromo Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia	575.500.100	100,00%	575.500.100	100,00%
Total de Ações	575.500.100	100,00%	575.500.100	100,00%

d. Resultado por ação

Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia.

	31/12/25
Prejuízo líquido do período	(47.976)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	446.116.438
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	(0,11)

11. Despesas gerais e administrativas por natureza

	31/12/25
Serviços e utilidades	(793)
Impostos e taxas	(45)
Despesas gerais	(4)
Total despesas administrativas	(842)

12. Outras despesas

	31/12/25
Outras despesas operacionais	(421)
Total outras despesas operacionais	(421)
Total outras despesas operacionais	(421)

13. Resultado financeiro, líquido

	31/12/25
Juros e atualização de financiamentos	(45.255)
Outras despesas financeiras	(1.097)
Total despesa financeira	(46.352)
Rendimentos de aplicações financeiras	321
Total receita financeira	321
Total resultado financeiro, líquido	(46.031)

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

14. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>31/12/25</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(47.976)</u>
Alíquota fiscal combinada	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	16.312
Outros Ajustes	
Imposto diferido não constituído sobre prejuízo fiscal	<u>(16.080)</u>
	<u>-</u>

A alíquota fiscal combinada utilizada na apuração de 2025 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária do País.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

15. Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir mostra os valores contábeis e justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo sua hierarquia de valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos e passivos 31 de dezembro de 2025 - Em milhares de reais	Valor contábil				
	Nota	Valor justo por meio do resultado e outros	Ativos financeiros – Custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total
Ativos financeiros mensurados a valor justo					
Aplicações financeiras	5	2.260	-	-	2.260
		<u>2.260</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.260</u>

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Ativos financeiros não mensurados a valor justo

Caixa e equivalente de caixa	5	-	5	-	5
		-	5	-	5

Passivos financeiros não mensurados a valor justo

Empréstimos e financiamentos	9	-	-	311.956	311.956
		-	-	311.956	311.956

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de liquidez
- Risco de crédito
- Risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta por meio da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Riscos de mercado

Trata-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

Risco de mercado de juros

- (a) Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros. Em razão disso, a Companhia busca proteção para os riscos de liquidez, por meio de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia a dia da Companhia.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- (a) **Gerenciamento de caixa de curto prazo** - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);
- (b) **Gerenciamento de caixa de longo prazo** – Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- (c) **Manutenção de um caixa mínimo** – Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento; e
- (d) **Limites de exposição e mitigadores de riscos** - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará por meio do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

Os valores estão informados líquidos dos custos de transação

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

BUNA PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$)

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

16. Partes relacionadas

Controlador

O controlador direto da Companhia é o Cromo Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia. A Companhia não possui operações comerciais com a sua controladora.

17. Eventos subsequentes

Em 05 de fevereiro de 2026, o acionista aprovou o aumento de capital social, que se encontra completamente subscrito e integralizado, em R\$ 77.000 passando dos atuais R\$ 575.500, para R\$ 652.500, com a emissão de 77.000.000 (setenta e sete milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 cada.

* * *

Alexandre de Araújo Abreu
Diretor Presidente

Claudete Correa
Diretora Executiva

Talita Ferreira Verdán
Contadora -CRC RJ-097129/O-0